

Família Dart poderá ser excluída

TORONTO — Depois de comunicar aos bancos credores que não efetivaria o acordo da dívida externa sem a adesão da família Dart (que detém 4% dos débitos e resiste aos termos finais da renegociação), o governo brasileiro decidiu deixar os investidores americanos de fora.

A saída não é que a o governo prefere, informou o negociador da dívida demissionário, André Lara Resende. Mas se tornou possível por uma alteração no texto de 3.565 páginas que contém os contratos do acordo assinado ontem. A novidade aumenta o espaço de manobra do governo e reduz o poder de barganha dos Dart, que se arriscam a perder centenas de

milhões de dólares se não aderirem.

Os grandes bancos credores e fontes oficiais americanas prevêm que, se o Brasil avançar na política de estabilização e garantir o aval do FMI, os Dart acabarão assinando o acordo.

Desde 1991, a família de industriais americanos, líder mundial na fabricação de produtos de isopor, adquiriu US\$ 1,4 bilhão em papéis da dívida brasileira no mercado secundário a um desconto médio de 70%. Os Dart aceitaram os termos iniciais do acordo, mas se recusam a se submeter a uma cláusula contratual de rebalanceamento, aceita pelo comitê de bancos para assegurar uma redução do valor de face da dívida e bara-

tear o custo das garantias para o Brasil.

Noutra alteração potencial significativa, fontes oficiais e do comitê disseram que, na hipótese de o País não conseguir obter o aval do FMI para seu programa e ficar sem acesso a uma emissão especial de títulos do Tesouro, poderá adquirir as garantias do acordo comprando no mercado uma emissão normal de papéis da dívida pública dos EUA. O ministro Fernando Henrique Cardoso disse, no entanto, que o governo está certo de que obterá o apoio do FMI para a sua política e não terá problemas para que o Tesouro faça a emissão especial de títulos.